

---

---

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**50ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

**Data: 18/06/2020 – 09:00 horas**



**CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO- CASAN**

**Companhia de Capital Aberto**

**CNPJ 82.508.433/0001-17**

**Rua Emílio Blum, 83 – Centro**

**CEP 88020-010, Florianópolis, SC**

---

---

**CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN**  
**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 50ª ASSEMBLÉIA**  
**GERAL ORDINÁRIA DIA 18/06/2020 às 09:00 horas**

O Conselho de Administração comunica aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na 50ª Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á em 18 de Junho de 2020, às 09:00 horas, na sede social da Empresa, na rua Emilio Blum, 83, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração com a seguinte Ordem do Dia: **a)** Aprovação das contas dos administradores e demonstrações financeiras instruídas com os pareceres do Conselho Fiscal, do Comitê de Auditoria Estatutário e dos Auditores Externos, relativas ao exercício de 2019, em conformidade com o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e correspondentes Notas Explicativas; **b)** Deliberação sobre a destinação dos resultados do exercício de 2019; **c)** Eleição de membro do Conselho de Administração para a vaga do representante dos acionistas minoritários; **d)** Eleição de membros (titular e suplente) do Conselho Fiscal para vaga do representante dos acionistas ordinaristas minoritários; **e)** Fixação dos honorários dos Administradores, membros titulares do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria Estatutário.

**EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:**  
**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO**  
**EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2019:**

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as Deliberações relativamente a Destinação dos Resultados, informamos a destinação do resultado do exercício:

**Destinações do Lucro: R\$ 119.686.013,30**

1. Reserva Legal: R\$ 5.984.300,67
2. Dividendos (acionistas): R\$ 31.025.112,27
3. Baixa de ativos: R\$ 68.238,67
4. Realização da Reserva de Reavaliação (saldo): (R\$ 10.466.975,10)
5. Reserva para Investimentos e Capital de Giro: R\$ 93.075.336,79

**1) Reserva legal:**

Constituída no valor de R\$ 5.984.300,67 em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício.

A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O saldo da Reserva Legal em 31/12/2019 é de R\$ 17.915.446,00.

## **2) Dividendos (acionistas):**

O art. 68º do Estatuto Social da Companhia prevê a destinação de 25% do lucro líquido do exercício para distribuição entre os acionistas na proporção de sua participação e prevê, ainda, em seu art. 7º §2º, que cada Ação Preferencial tem direito ao recebimento de dividendo, por Ação Preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as Ações Ordinárias. Sendo assim, deverá ser considerado para pagamento como dividendo integral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, o valor de R\$0,04132003 por cada ação ON e R\$0,04545204 para cada ação PN.

O parágrafo terceiro do art. 205 da Lei nº 6.404/1976 determina que, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos devem ser pagos em até 60 (sessenta) dias, contudo o mesmo dispositivo delega discricionariedade a Assembleia Geral para estender o prazo ao término do exercício social.

Diante dos efeitos causados pela pandemia mundial causada pela propagação da COVID-19, sendo que seus efeitos são reconhecidos no âmbito do Estado de Santa Catarina pelo Decreto Estadual nº 515/2020, a administração propõe, que seja autorizada a dilação do prazo convencionado ao último dia do exercício corrente.

Tal proposta tem como fundamento a necessidade de avaliação dos impactos econômicos decorrentes do alastramento do vírus, bem como das políticas de isolamento social postas como medida de combate a propagação do vírus e a possível convocação de Assembleia Geral Extraordinária para deliberação sobre composição de Reserva para Contingências. O dispositivo está previsto no art. 195 da Lei nº 6.404/76 e é previsto justamente como ferramenta de retenção de dividendos quando seja provável a diminuição da expectativa de resultado decorrente de contingência apresentada. A lei traz como condição a apresentação da causa da perda, bem como as razões de prudência que levam à constituição da reserva (§1ª, art. 195, lei nº 6.404/76) e nesse sentido o Decreto Estadual mencionado, bem como o Decreto Legislativo nº 06/2020 emitido pelo Congresso Nacional, dão dimensão dos impactos presentes e futuros da situação o que também deve ser avaliado.

## **3) Reserva para Investimentos e Capital de Giro:**

O parágrafo primeiro, art. 68º, do Estatuto da Companhia, prevê que o saldo remanescente após a dedução dos dividendos pode ser destinando a constituição de Reserva para Investimentos e Capital de Giro que terá a finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas, sendo que seu montante não poderá exceder o valor do capital social podendo ser utilizada, também, na absorção de prejuízos.

Considerando os efeitos ainda desconhecidos da propagação da COVID-19 bem como as necessidades de atendimento e expansão aumentadas diante da pandemia, a administração propõe a constituição da Reserva para Investimentos e Capital de Giro no montante de R\$ 93.075.336,79 para compor a Reserva destinada ao Plano de Investimentos em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia ou suprimento de eventuais

necessidades de Capital de Giro. O saldo da Reserva para Investimentos em 31/12/2019 é de R\$222.521.702,00

#### **4) Participação para os Administradores (Participação Estatutária)**

Não haverá distribuição de valores para participação nos lucros do exercício aos administradores da Companhia.

## **ANEXO 9-1-II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:**

### **1. Informar o lucro Líquido do Exercício:**

O montante do lucro líquido do Exercício de 2019 é de R\$ 119.686.013,30

### **2. Informar o Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:**

O montante global dos dividendos é de R\$ 31.025.112,27 e o valor dos dividendos por ações é de R\$0,04132003 por cada ação ON e R\$0,04545204 para cada ação PN.

### **3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:**

O Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 25%;

### **4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:**

Não se aplica.

### **5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados:**

#### **a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**

O montante bruto do dividendo, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe é ON = R\$14.773.862,98 e PN = R\$16.251.249,28;

#### **b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

A forma de pagamento é a vista e o prazo de pagamento dos dividendos proposto para deliberação da AGO é 30.12.2020.

#### **c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio:**

Não se aplica

#### **d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:**

A Data da declaração de pagamento dos dividendos, considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento, será o dia 18 de Junho de 2020.

### **6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.**

Não se aplica.

**7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:**

a. Lucro Líquido do Exercício e dos três últimos exercícios anteriores:

<b>Ano</b>	<b>Valor R\$ 1,00</b>
2017	(28.478.478)
2018	(119.225.401)
2019	119.686.013

b. Dividendo e juro sobre capital próprio nos três exercícios anteriores:

<b>Ano</b>	<b>PN - Valor R\$ 1,00</b>	<b>ON - Valor R\$ 1,00</b>
2017	-	-
2018	-	-
2019	14.773.862,98	16.251.249,28

**8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:**

a. **Identificar o montante destinado à reserva legal**

O montante destinado a reserva legal é de R\$5.984.300,67

b. **Detalhar a forma de cálculo da reserva legal**

A reserva legal é calculada aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

**9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:**

a) **Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos e mínimos**

O estatuto da Companhia em seu art. 70 prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuem, prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo de 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias;

b) **Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.**

Sim, o lucro do exercício é suficiente;

c) **Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.**

Não se aplica;

**d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.**

Não se aplica;

**e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.**

Não se aplica;

**10. Em relação aos dividendos obrigatórios**

**a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:**

Conforme alínea a do Art. 70º do Estatuto Social da Companhia, dos lucros líquidos apurados, além do previsto nos artigos 192 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem;

Conforme § 2º do Art. 7º - do Estatuto social da Companhia, cada ação preferencial sem direito a voto, corresponderá às seguintes preferências: (a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (b) distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e (c) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

**b) Informar se ele está sendo pago integralmente:**

O dividendo mínimo obrigatório está provisionado integralmente conforme determina o art. 70 do Estatuto Social da Companhia, contudo, conforme citado no item 2 da presente proposta, o mesmo tem sua dilatação de prazo de pagamento proposta com intuito de possível propositura de Reserva de Contingência com vistas a minimizar os efeitos da pandemia mundial provocada pela COVID-19.

**c) Informar o montante eventualmente retido:**

Não houve retenção de dividendos.

**11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:**

Não se aplica.

**12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:**

Não se aplica.

**13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:**

Não se aplica

**14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:**

Não se aplica.

**15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:**

Não se aplica.

**16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.**

Não se aplica.

**INFORMAÇÃO PREVISTA NO ART. 9º DA IN 481/09 COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA:**

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º Item III e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias às suas deliberações, informamos:

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais.**

No exercício de 2019, a CASAN auferiu receita 4% superior ao ano anterior (aproximadamente R\$1,2 bilhão). Do total da receita apurada, 79% decorre dos serviços de abastecimento de água.

No último ano verificou-se uma redução de 23% nos custos e despesas operacionais da Companhia, os quais totalizaram R\$968 milhões. Esse decréscimo deve-se principalmente ao retorno das despesas à normalidade após a apropriação do Programa de Demissão Incentivada nos anos de 2017 e 2018. Também se observou um decréscimo de 29% no resultado financeiro da Companhia no ano de 2019, em razão do retorno das despesas financeiras ao patamar usual, após a apropriação em 2018 de despesas de juros devido à saída de alguns municípios que receberiam investimentos financiados.

Esses fatores conduziram a um crescimento significativo no resultado líquido do exercício, que passou de R\$119,2 milhões de prejuízo em 2018 para R\$119,7 milhões de lucro em 2019.

O quadro a seguir apresenta os resultados dos indicadores econômico-financeiros nos últimos exercícios.

INDICADORES	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ativo Total (AT)	2.408.156	2.668.241	2.898.526	3.226.243	3.326.896	3.559.018
Patrimônio Líquido (PL)	1.278.376	1.278.823	1.339.061	1.306.667	1.246.082	1.257.038
Receita Operacional Líquida (ROL)	744.696	796.924	917.429	1.020.802	1.085.552	1.124.024



Lucro Líquido (LL)	74.734	10.936	28.374	(28.478)	(119.225)	119.686
Endividamento Geral ((PC + PNC - RD)/AT)	0,46	0,51	0,53	0,59	0,62	0,64
EBITDA	260.611	171.262	230.392	110.150	14.726	359.925
EBIT	198.874	106.472	161.463	35.328	(67.064)	271.268
Geração de Caixa	199.849	190.635	171.135	84.666	96.779	369.161
Endividamento Financeiro (EFT/AT)	0,20	0,28	0,32	0,36	0,35	0,36
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,08	0,05	0,04	0,16	0,24	0,09
Margem Bruta (LB/ROL)	55,04%	51,42%	55,04%	55,94%	55,78%	55,08%
Margem Operacional (LO/ROL)	17,54%	1,42%	3,97%	-3,58%	-18,04%	16,11%
Margem Líquida (LL/ROL)	10,04%	1,37%	3,09%	-2,79%	-10,98%	10,65%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	35,00%	21,49%	25,11%	10,79%	1,36%	32,02%
Rentabilidade Patrimonial (LL/(PL + RD))	5,76%	0,84%	2,09%	-2,15%	-9,42%	9,38%
Liquidez Geral ((AC + ARLP)/(PC + PNC - RD))	0,47	0,41	0,39	0,40	0,35	0,35
Liquidez Corrente (AC/PC)	1,75	1,72	1,58	1,37	0,87	1,32
Dívida Líquida / EBITDA	1,7	2,9	3,9	9,0	73,4	3,1
Impostos/Receita Bruta <sup>1</sup>	11,15%	10,29%	11,56%	9,36%	9,32%	13,12%

<sup>1</sup>Impostos: PASEP + COFINS + IR + CSLL.

Obs.: Para fins de Análise de Balanço, a Receita Diferida (antigo Resultado de Exercícios Futuros) deve ser retirada do Passivo Não Circulante e incluída no Patrimônio Líquido.

Analisando o quadro acima é possível verificar a recuperação do desempenho da Companhia em 2019, refletido em melhores resultados na grande maioria dos indicadores. Alguns poucos resultados depreciaram-se no ano, dentre os quais podemos apontar os endividamentos geral e financeiro. Esse cenário reflete o movimento de ampliação do atendimento de esgotamento sanitário da CASAN, já que boa parte dos investimentos está sendo realizada com recursos financiados. Além disso, como já mencionado, em 2018 os resultados e indicadores econômicos foram afetados pelas despesas relacionadas ao Plano de Demissão Voluntária Incentivada.

#### **b) estrutura de capital**

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

#### **c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.**

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela a seguir indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios:

### 10.1 - c - Relação Dívida Líquida / Ebitda

Em milhões R\$	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2019
Dívida total	939.076	1.162.261	1.158.880	1.270.007
Caixa e aplicações financeiras	93.694	201.227	87.815	195.522
Dívida Líquida	845.382	961.034	1.071.065	1.074.485
EBITDA	230.392	110.150	14.726	359.925
Índice Dívida Total/EBITDA	4,08	10,55	78,70	3,53
Índice Dívida Líquida/EBITDA	3,67	8,72	72,73	2,99

Obs. 1: Foram desconsideradas as partes relacionadas para o cálculo das dívidas.

Obs. 2: Os resultados do EBITDA foram ajustados para atender a Resolução CVM n. 527/2012.

#### d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Debêntures, AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento e JICA - *Japan International Cooperation Agency*.

#### e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do "float" da arrecadação nos agentes credenciados.

#### f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

##### i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

### 10.1 f – EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	48.157	44.282	293.765	332.114	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	4.993	4.761	143.735	120.539	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	53.150	49.043	437.500	452.653	
<u>Operações no país:</u>					

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	8.270	7.255	185.728	180.236	Ver nota explicativa
Banco BOCOM - BBM	-	50.000	-	-	5,8%a.a. + DI
Banco VOTORANTIM - CCB	-	28.028	-	-	5,75%a.a. + DI
Banco SANTANDER - CCB	-	-	-	-	5,75%a.a. + DI
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	-	42.294	-	152.853	IPCA + 9%a.a.
Debêntures	58.412	99.221	526.948	97.297	Ver nota explicativa
Total Operações no país	<u>66.682</u>	<u>226.798</u>	<u>712.675</u>	<u>430.386</u>	
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>119.832</u>	<u>275.841</u>	<u>1.150.175</u>	<u>883.039</u>	

Fonte: Notas Explicativas Balanço 2019

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 4,530 em 31 de dezembro de 2019 e 1 lene equivalente a R\$ 0,03715 em 31 de dezembro de 2019.

b) Em 31 de dezembro de 2019 os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e têm seus vencimentos até 2036.

### Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal – CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

### FIDC

Em 15 de maio de 2019, a Companhia realizou o resgate antecipado das contas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC, no montante de R\$ 166.663.

### Debêntures

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$ 154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei

das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

As debêntures terão prazo de vigência de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, que foi em 15 de maio de 2019 vencendo-se, portanto em 12 de março de 2024, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debentures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2020, e a última parcela correspondente ao saldo remanescente do valor nominal das debentures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

#### **Banco BOCOM - BBM e Banco VOTORANTIM - CCB**

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou as Cédulas de Crédito Bancário – CCB com os bancos COCOM BBM, VOTORANTIM e SANTANDER, no montante de R\$ 100.028.

#### **Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD**

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a /Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico para treze municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. Com contrapartida de R\$17.066, o empréstimo possui juros no valor do Euribor semestral + spread a ser definido na data dos desembolsos. Com relação aos prazos da operação ficaram estabelecidos 05 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina.

#### **Japan International Cooperation Agency – JICA**

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 31 de março de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e ¥2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil.

**ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

**iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2019**

FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2020)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2021 e 2022)	Superior a 3 anos e inferior a 5 anos (2023 e 2025)	Superior a 5 anos (2026 em diante)	TOTAL
CEF	6.599.044,34	13.182.381,19	14.858.649,84	133.848.619,54	168.488.694,91
GOV DO ESTADO	12.597.789,19	25.195.578,62	25.195.578,62	7.663.634,26	70.652.580,69
JICA*	3.792.952,80	7.585.905,60	45.509.567,36	29.933.240,45	86.821.666,21
AFD*	39.596.329,68	79.192.659,37	79.192.659,37	178.183.483,57	376.165.131,99
DEBENTURES	55.814.186,55	334.884.008,83	209.301.804,62	-	600.000.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>118.400.302,57</b>	<b>460.040.533,61</b>	<b>374.058.259,80</b>	<b>349.628.977,82</b>	<b>1.302.128.073,80</b>

Fonte:

GFI

\* Euro: 3,9693

\* lene: 0,0294

**iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

**Contrato:**

CRB 1036 01M

**Agente Financiador:**

Agence Française e Developpement – AFD

**Partes:**

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, Agence Française e Developpement – AFD e Governo do Estado de Santa Catarina

**Data:**

18/10/2012

**Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:**

A Tomadora do Empréstimo não contrairá nem manterá qualquer Dívida, exceto as Dívidas Autorizadas, exceto se:

(i) O Índice de todas as Coberturas Projetadas de Serviço da Dívida, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são maiores do que [1.3];

(ii) O Quociente de Alavancagem, calculado para as próximas [5] datas de fechamento anuais e as [5] datas de fechamento semestrais, tomando em consideração o Endividamento adicional contemplado, são menores do que [70%].

A Tomadora do Empréstimo se compromete a notificar prontamente a Mutuante caso deva contrair outras Dívidas Autorizadas.

Sendo que:

## **Dívida Autorizada**

significa:

- a) qualquer Dívida devida e exigível em prazo inferior a um ano, inclusive contas a pagar a fornecedores necessários no curso normal dos negócios da Tomadora do Empréstimo;
- b) Dívida a médio e longo prazo relativa ao Contrato;
- c) qualquer Dívida existente na Data da Assinatura deste Contrato, enumerada (Anexo 6 - *Empréstimos Existentes na Data da Assinatura*);
- d) qualquer nova Dívida assumida com o consentimento prévio por escrito da Mutuante.

## **Índices Financeiros**

A Tomadora do Empréstimo se compromete a cumprir os seguintes índices financeiros:

- (i) o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida não será inferior a 1.3;
- (ii) o Quociente de Alavancagem não excederá 70%;
- (iii) o Quociente da Dívida Financeira pela EBITDA não será maior do que:
  - . 4,5 em cada data de fechamento até dezembro de 2015;
  - . 4,0 em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2016;
  - . 3,5 em cada data de fechamento posterior;
- (iv) o Índice de Liquidez Corrente não será inferior a
  - . 1,25 em 31 de dezembro de 2012;
  - . 1,4 em cada data de fechamento posterior.

## ***Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:***

Exceto se acordado de outra forma pela Mutuante, a Tomadora do Empréstimo se compromete a não distribuir dividendos a seus acionistas, além do valor mínimo legal. Após um período de 5 (cinco) anos, a Tomadora do Empréstimo terá o direito de distribuir dividendos ficando disposto que: (i) um Modelo Financeiro satisfatório e atualizado seja enviado pela Tomadora do Empréstimo; e (ii) tal distribuição autorizada não comprometa a situação financeira da Tomadora do Empréstimo.

## ***Restrições quanto a Alienação de Ativos:***

A Tomadora do Empréstimo se compromete a não dispor de seus ativos, exceto em uma Alienação Autorizada.

Sendo:

## **Alienações Autorizadas**

Significa:

- (a) ativos que estão obsoletos ou não necessários para o projeto ou ativos que não são essenciais para o funcionamento ou desenvolvimento do negócio principal da Tomadora de Empréstimo, eliminados em condições normais de uso, ou que são vendidos, alugados, transferidos ou alienados no curso normal dos negócios da Tomadora de Empréstimo em condições normais de concorrência, ou quando a alienação seja permitida nos termos de qualquer outra disposição do presente Contrato;
- (b) ativos (incluindo, mas não limitado a ativos necessários para o Projeto), que são vendidos, alugados, transferidos ou cedidos em troca de outros ativos comparáveis ou superiores quanto ao tipo, valor, qualidade e quantidade;

c) ativos relacionados a quaisquer alterações que possam ser necessárias nos termos de uma mudança na legislação, desde que informado previamente à Mutuante sobre os ativos a serem alienados;

d) ativos que não excedam o valor total de um por cento (1%) do total de ativos da Tomadora de Empréstimo e de suas Subsidiárias determinado pelo último balanço anual auditado da Tomadora de Empréstimo; o'

***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:***

A alteração no controle da empresa é considerado um evento de inadimplemento.

---

***Agente Financiador:***

Caixa Econômica Federal (CEF).

***Partes:***

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e CEF – Caixa Econômica Federal.

***Data:***

16.04.2012 e 11.04.2014

***Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:***

Penhor dos direitos emergentes de contratos de concessão ou contratos programa limitados a 03 vezes o encargo mensal. Fluxo de 03 vezes o valor a ser pago no mês em cobranças na conta 7667-0; manutenção de 1 vez a cobrança mensal na conta 7661-1 que fica bloqueado até o fim do contrato e garantia fidejussória do Estado de SC.

***Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Ativos:***

Não há.

***Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:***

Não há.

***Restrições quanto a Alienação de Controle Societário***

Não há.

---

### g) limites de utilização dos financiamentos já contratados.

	31 de dezembro de 2019		
	Valor contratado	Valor utilizado	Percentual utilizado
<u>Operações no exterior:</u>			
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	395.963	341.922	86,35
Japan International Cooperation Agency - JICA	424.124	148.728	35,07
Total Operações no exterior	820.088	490.650	59,83
<u>Operações</u>			
Caixa Econômica Federal - Obras	327.845	193.998	59,17
Debêntures - 2ª Emissão	600.000	585.360	97,56
Total Operações no país	927.845	779.358	84,00
<b>Total Empréstimos e Financiamentos</b>	<b>1.747.932</b>	<b>1.270.008</b>	<b>72,66</b>

Fonte: GFI

A Companhia possui contratos de financiamento destinados a obras específicas, cujos recursos são liberados à medida que tais obras são executadas, não podendo ser utilizados para projetos que não sejam objetos do contrato. (vide quadro do endividamento no item 10.1.f).

### h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2019 em relação à 31/12/2018:



### 10.1 - h - Principais Variações das Contas Patrimoniais

Balancos Patrimoniais	2018	AV	2019	AV	AH
Caixa e equivalentes de caixa	4.901.707	0,1%	6.012.541	0,2%	22,7%
Títulos e valores mobiliários	82.913.231	2,5%	189.509.411	5,3%	128,6%
Contas a receber de clientes	204.621.408	6,2%	204.442.882	5,7%	(0,1)%
Partes relacionadas	7.709.924	0,2%	10.083.288	0,3%	30,8%
Estoques	42.331.515	1,3%	47.565.833	1,3%	12,4%
Impostos e contribuições antecipados/recuperar	41.364.138	1,2%	58.647.845	1,6%	41,8%
Outros	32.425.604	1,0%	18.729.763	0,5%	(42,2)%
<b>Ativo Circulante</b>	<b>416.267.527</b>	<b>12,5%</b>	<b>534.991.563</b>	<b>15,0%</b>	<b>28,5%</b>
Títulos e valores mobiliários	48.070.153	1,4%	12.866.802	0,4%	(73,2)%
Contas a receber de clientes	15.039.107	0,5%	15.386.433	0,4%	2,3%
Depósitos dados em garantia	96.702.149	2,9%	95.303.905	2,7%	(1,4)%
Ativo fiscal diferido	110.399.002	3,3%	91.263.919	2,6%	(17,3)%
Ativos financeiros	38.163.571	1,1%	28.693.643	0,8%	(24,8)%
Direito de Uso de Bem	-	0,0%	27.277.883	0,8%	100,0%
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>	<b>308.373.982</b>	<b>9,3%</b>	<b>270.792.585</b>	<b>7,6%</b>	<b>(12,2)%</b>
Investimentos	303.589	0,0%	303.589	0,0%	0,0%
Imobilizado	47.688.911	1,4%	40.876.592	1,1%	(14,3)%
Intangível	1.531.404.002	46,0%	1.759.001.711	49,4%	14,9%
Obras em andamento	1.022.857.085	30,7%	953.051.815	26,8%	(6,8)%
<b>Ativo Permanente</b>	<b>2.602.253.587</b>	<b>78,2%</b>	<b>2.753.233.707</b>	<b>77,4%</b>	<b>5,8%</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.910.627.569</b>	<b>87,5%</b>	<b>3.024.026.292</b>	<b>85,0%</b>	<b>3,9%</b>
<b>Ativo</b>	<b>3.326.895.096</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.559.017.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,0%</b>
Empréstimos e financiamentos	275.840.627	8,3%	119.831.658	3,4%	(56,6)%
Fornecedores e empreiteiros	43.586.108	1,3%	47.496.435	1,3%	9,0%
Partes relacionadas	25.538.596	0,8%	-	0,0%	(100,0)%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	39.867.652	1,2%	39.168.488	1,1%	(1,8)%
Plano de demissão voluntária incentivada	68.701.072	2,1%	71.395.222	2,0%	3,9%
Impostos e contribuições à recolher	18.595.690	0,6%	65.296.489	1,8%	251,1%
Dividendos propostos	5.619.885	0,2%	36.644.997	1,0%	552,1%
Participação estatutárias	26.369	0,0%	-	0,0%	(100,0)%
Contratos de Arrendamento Mercantil	-	0,0%	23.102.685	0,6%	100,0%
Outros	1.610.791	0,0%	1.519.942	0,0%	(5,6)%
<b>Passivo Circulante</b>	<b>479.386.790</b>	<b>14,4%</b>	<b>404.455.916</b>	<b>11,4%</b>	<b>(15,6)%</b>
Empréstimos e financiamentos	883.038.621	26,5%	1.150.175.023	32,3%	30,3%
Partes relacionadas	45.683.964	1,4%	57.722.228	1,6%	26,4%
Impostos e contribuições à recolher	34.652.503	1,0%	27.432.391	0,8%	(20,8)%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias e participações	-	0,0%	3.176.481	0,1%	100,0%
Plano de demissão voluntária incentivada	418.213.352	12,6%	373.357.585	10,5%	(10,7)%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	87.679.786	2,6%	82.287.718	2,3%	(6,1)%
Provisão para contingências	81.204.295	2,4%	82.475.347	2,3%	1,6%
Plano previdenciário	31.769.348	1,0%	97.378.805	2,7%	206,5%
Contratos de Arrendamento Mercantil	-	0,0%	4.175.198	0,1%	100,0%
Outros	83.050	0,0%	83.050	0,0%	0,0%
Receita diferida	19.101.491	0,6%	19.260.015	0,5%	0,8%
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>1.601.426.410</b>	<b>48,1%</b>	<b>1.897.523.841</b>	<b>53,3%</b>	<b>18,5%</b>
Capital social	842.266.638	25,3%	842.266.638	23,7%	0,0%
Adiantamento para futuro aumento de capital	45.886.845	1,4%	45.886.845	1,3%	0,0%
Reserva de reavaliação	89.751.069	2,7%	87.418.108	2,5%	(2,6)%
Ajuste patrimonial	148.848.088	4,5%	131.235.055	3,7%	(11,8)%
Reserva legal	11.931.145	0,4%	17.915.446	0,5%	50,2%
Reserva para fundo de investimentos	129.446.365	3,9%	222.521.702	6,3%	71,9%
Outros resultados abrangentes	(22.048.254)	(0,7)%	(90.205.696)	(2,5)%	309,1%
Prejuízos acumulados	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.246.081.896</b>	<b>37,5%</b>	<b>1.257.038.098</b>	<b>35,3%</b>	<b>0,9%</b>
<b>Passivo</b>	<b>3.326.895.096</b>	<b>100,0%</b>	<b>3.559.017.855</b>	<b>100,0%</b>	<b>7,0%</b>

## **ATIVO**

### **Ativo Circulante:**

No exercício de 2019 verifica-se uma acentuada elevação do ativo circulante ocasionada em sua maior proporção pelo acréscimo do grupo títulos e valores mobiliários. O grupo em questão é utilizado para contabilização das aplicações de liquidez imediata da Companhia que dão suporte ao capital de giro do negócio. A recomposição do capital de giro e da melhoria dos indicadores de liquidez se devem basicamente a alteração do perfil da dívida de curto prazo da Casan em decorrência da operação de debêntures realizada no exercício de 2019. Outro ponto que colabora para a variação positiva é a geração de caixa operacional apurado no exercício, com uma variação positiva de 380%, bem como a melhoria do indicador EBITDA no montante de 364 milhões de reais.

### **Ativo Não Circulante**

Pode-se observar um incremento de 227 milhões no ativo intangível da companhia, o que representa um acréscimo de 14,86% nesse grupo. O acréscimo é decorrente do plano de expansão da Casan que realizou adições no imobilizado e intangível no montante de 245 milhões em 2019. Pode-se observar também uma queda de 14,29% no imobilizado da Cia, decorrente de depreciações do período, bem como baixa de bens inservíveis.

## **PASSIVO**

### **Circulante:**

O passivo circulante da Cia apresentou uma redução de 15,63% o que combinado com o aumento de 28,52% do ativo circulante proporcional à Casan uma relevante melhoria no indicador de liquidez corrente, passando o mesmo de 0,86 em 2018 para 1,32 em 2019. O principal fator de melhoria na liquidez a Companhia foi a operação de debêntures realizada em 2019 que alongou o perfil da dívida e reduziu em 56,56% o volume de empréstimos a pagar no curto prazo.

Outro ponto de destaque no passivo circulante é o aumento no grupo impostos e contribuições a recolher no montante de 251,13%, tal fato decorre diretamente da evolução do prejuízo contábil em 208 para o lucro em 2019, tendo como consequência o recolhimento de tributos sobre o lucro.

### **Não Circulante ou Exigível a Longo Prazo:**

Em plano oposto a redução do circulante, o passivo não circulante se elevou em 18,49% em 2019, um aspecto que decorre diretamente da alteração do perfil da dívida de curto prazo para longo prazo. A emissão das debêntures no valor de 600 milhões de reais constou com uma carência de 18 meses e prazo de amortização para 36 meses, em consequência nesse primeiro ano da operação a maior parte da dívida se concentra no longo prazo.

Também merece destaque a evolução do passivo atuarial que passou de 31 milhões para 97 milhões, decorrentes da atualização da tabua de benefícios da Casan, conforme relatório produzido por consultoria independente.

## Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio líquido da CASAN, atingiu o montante de 1,25 milhão valor uma leve evolução de 0,88%, impactado pela compensação de prejuízo de 2018 e ainda pelo lançamento diretamente no Patrimônio Líquido dos valores decorrentes da atualização das provisões da CasanPrev.

### 10.1.hi - Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	AV	2019	AV	AH
<b>RECEITA BRUTA</b>	<b>1.197.060</b>	<b>0,10%</b>	<b>1.239.629</b>	<b>100,00%</b>	<b>3,56%</b>
Deduções da Receita	(111.508)	-0,01%	<b>(115.605)</b>	-9,33%	3,67%
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.085.551</b>	<b>0,09%</b>	<b>1.124.023</b>	<b>90,67%</b>	<b>3,54%</b>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(480.057)	-0,04%	(504.930)	-40,73%	5,18%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>605.494</b>	<b>0,05%</b>	<b>619.093</b>	<b>49,94%</b>	<b>2,25%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>					
Com vendas	(90.014)	-0,01%	(88.071)	-7,10%	-2,16%
Gerais e administrativas	(576.642)	-0,05%	(253.483)	-20,45%	-56,04%
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (nota 28)	(5.902)	0,00%	(6.269)	-0,51%	6,22%
	(672.558)	-0,06%	(347.823)	-28,06%	-48,28%
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS</b>	<b>(67.065)</b>	<b>-0,01%</b>	<b>271.268</b>	<b>21,88%</b>	<b>-504,49%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>					
Receitas financeiras	19.923	0,00%	19.139	1,54%	-3,94%
Despesas financeiras	(148.471)	-0,01%	(109.897)	-8,87%	-25,98%
	(128.548)	-0,01%	(90.758)	-7,32%	-29,40%
<b>RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(195.613)</b>	<b>-0,02%</b>	<b>180.510</b>	<b>14,56%</b>	<b>-192,28%</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>					
Corrente	-	0,00%	(47.082)	-3,80%	100,00%
Diferido	76.388	0,01%	(13.743)	-1,11%	-117,99%
	76.388	0,01%	(60.825)	-4,91%	-179,63%
<b>RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS</b>	<b>(119.225)</b>	<b>-0,01%</b>	<b>119.685</b>	<b>9,65%</b>	<b>-200,39%</b>
Participações estatutárias	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
<b>(PREJUÍZO) LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(119.225)</b>	<b>-0,01%</b>	<b>119.685</b>	<b>9,65%</b>	<b>-200,39%</b>
Quantidade de Ações	715.094.432		715.094.432		<b>0,00%</b>
<b>Lucro/Prejuízo por Ação</b>	<b>-0,00017</b>		<b>0,00017</b>		<b>-200,39%</b>

*\*valores da DRE apresentados em milhares de reais*

## Receita:

A receita operacional líquida da Companhia atingiu um patamar de 1,124 bilhão apresentando um crescimento de 3,54%, é importante destacar que o reajuste tarifário periódico foi autorizado pelas agências reguladoras em agosto/2019 sendo aplicado apenas em novembro/2019 apresentando assim pouco impacto no crescimento vegetativo da Receita Operacional Líquida.

## Lucro Bruto:

O Lucro bruto verificado pela CASAN em 2019 foi de 605,5 milhões superior ao apurado no ano anterior em 2,25%. Pode-se observar do histórico contábil da Cia que a proporção lucro bruto por receita bruta é estável em aproximadamente 50%.

## Despesas Gerais e Administrativas:

As despesas administrativas apresentam contabilmente elevada redução na monta de 56,04%, contudo esse valor está fortemente impactado pela apropriação do Programa de Demissão Voluntária Incentivada implantado entre os exercícios de 2017 e 2018. Quando apresentada sem

os impactos do programa as despesas administrativas apresentam uma redução nominal de 1,96%.

### **Resultado Financeiro:**

O Resultado financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com rendimentos de aplicações, descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a receber.

No exercício de 2019 as despesas financeiras apresentaram redução de 25,98%, tendo esse resultado decorrido da operação de emissão de debêntures que atualizou o perfil da dívida, estando contratados em 5,75% + CDI.

### **Lucro Líquido:**

O lucro líquido contábil apurado no exercício de 2019 foi de 119,6 milhões, em detrimento a um prejuízo de 119,2 milhões em 2020. Como cita anteriormente o resultado em 2018 sofreu um elevado impacto do PDVI, contudo outros fatores foram determinantes na composição do resultado, como redução das despesas financeiras, redução das despesas administrativas (além do PDVI) e crescimento da receita bruta.

## **10.2 - Os diretores devem comentar:**

### **a) resultados das operações do emissor, em especial:**

#### **i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**

A receita da Companhia é gerada por meio de suas atividades de prestação de serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário, as quais são decorrentes de contratos de concessão e de programa com 195 municípios: 194 no Estado de Santa Catarina, e 1 município no Estado do Paraná, ou seja, 66% dos municípios do Estado de Santa Catarina.

Em 2019, a CASAN atendeu uma população de mais de 2,8 milhões de pessoas, nos 195 municípios atendidos com operação de abastecimento de água, além de fornecer água no atacado para outros quatro municípios clientes, com população somada de mais de 200 mil pessoas. Com a prestação dos serviços de esgotamento sanitário a Companhia beneficiou mais de 700 mil pessoas.

O crescimento da receita da Companhia está diretamente relacionado ao aumento do número de ligações atendidas, bem como ao aumento do volume faturado e dos reajustes tarifários. As ligações de água cresceram 1% nos quatro últimos anos e as de esgoto elevaram-se em 34% no mesmo período. Essas elevações decorrem dos investimentos realizados pela Companhia para ampliar as coberturas de esgoto e também para atender o crescimento vegetativo verificado nos municípios atendidos.

Os reajustes tarifários autorizados pelas agências reguladoras também contribuíram para a elevação da receita apurada. Estes foram, respectivamente, de 10,81%, 6,08%, 4,39% e 2,61%

nos quatro últimos anos. O percentual autorizado em 2019 é composto por 3,56% de reajuste e -0,95% de reposicionamento tarifário decorrente da 1ª revisão tarifária periódica.

O volume faturado total de água tem crescido continuamente nos últimos quatro anos. O ano de 2019 foi a exceção a esse movimento, em decorrência da saída do município de Caçador do sistema CASAN, em decorrência de imbróglia judicial referente a forma de contratação do município. Ainda assim, o crescimento acumulado nos últimos quatro anos é na ordem de 4,8%. Já no esgotamento sanitário, o crescimento acumulado no volume faturado nos últimos quatro anos é na ordem de 25,5%, refletindo a expansão na cobertura deste serviço.

## **ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 a Companhia auferiu R\$1.239,6 milhões de receitas provenientes dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário. As tarifas de água representaram R\$981,6 milhões e as tarifas de esgoto R\$236,4 milhões. As outras receitas somaram R\$21,6 milhões. A receita bruta auferida em 2019 é 3,6% maior que a verificada no exercício anterior. O reajuste tarifário aplicado no período foi de 2,61%. Como já mencionado, esse percentual é composto por 3,56% de reajuste e -0,95% de reposicionamento tarifário decorrente da 1ª revisão tarifária periódica.

Os resultados da Companhia são afetados, entre outros, pelos seguintes fatores:

- a) Crescimento (ou decréscimo) populacional do Estado de Santa Catarina;
- b) Reajustes tarifários e revisões autorizadas pelas agências reguladoras;
- c) Comportamento de consumo da população (volumes faturados);
- d) Custo dos insumos (materiais e serviços) utilizados na prestação dos seus serviços;
- e) Provisões cíveis e trabalhistas em função das ações judiciais impetradas contra a Companhia;
- f) Financiamentos obtidos para capital de giro e para ampliação do atendimento.

## **b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

As operações da Companhia são restritas ao mercado interno, não havendo impacto da taxa de câmbio na receita operacional. A receita da Companhia varia de acordo com os reajustes tarifários obtidos e as variações verificadas no número de ligações e nos volumes faturados de água e de esgoto. O reajuste de tarifa segue as orientações estabelecidas pela Lei 11.445 de 05 de janeiro de 2007, que dispõe sobre as diretrizes do saneamento em âmbito nacional. Os reajustes tarifários são autorizados pelas agências reguladoras, que consideram nas suas análises a inflação do período, a variação dos custos operacionais, o volume de investimentos sendo realizado, a remuneração do capital investido e a necessidade de geração de recursos para novos investimentos. Conforme a legislação, a tarifa é reajustada uma vez ao ano, respeitando o intervalo de 12 meses entre um reajuste e outro. Além disso, a cada cinco anos a Companhia passa pela Revisão Tarifária, onde são verificadas possíveis ineficiências e desequilíbrios financeiros e regulatórios. A Revisão culmina com a aplicação de um fator de correção na tarifa, o qual pode ser positivo ou negativo.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

A inflação e as variações de preços incidentes sobre os insumos da Companhia são consideradas pelas agências reguladoras nos cálculos de reajuste e revisão tarifária. Além disso, os contratos de programa assinados com alguns municípios preveem o reequilíbrio econômico-financeiro nessas situações. Dessa forma, a inflação e as variações de preços causam pouco ou nenhum impacto direto no resultado operacional da CASAN.

Já as variações na taxa de câmbio afetam diretamente os resultados financeiros da Companhia. Atualmente, a CASAN possui financiamentos externos junto à JICA e à AFD, os quais estão sujeitos às oscilações do Iene e do Euro, respectivamente.

Os juros acordados nos contratos de financiamento para realização de investimentos e também para obtenção de capital de giro impactam diretamente no resultado financeiro da CASAN. Esse impacto é inevitável devido à demanda por investimentos com vistas à universalização do atendimento de esgoto.

**10.3 - Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional.**

Não aplicável à CASAN.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

Não houve.

**c) eventos ou operações não usuais.**

Não houve.

**10.4 - Os diretores devem comentar:**

**a) mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

As informações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional, sendo todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia passou a publicar o Balanço Social, de acordo com o modelo proposto pela Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC) e Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) na Instrução Normativa Conjunta nº5, de 28 de maio de 2018.

#### **b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

A Companhia adotou o CPC 06 (R2), o qual modificou a forma de apresentação dos contratos de Arrendamento Mercantil. Com a adoção da norma a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e
- Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras para as bases de 31 de dezembro de 2019.

Após as análises realizadas, a Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2019, 7 (sete) contratos são considerados dentro do escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16, e a adoção gerou um aumento do ativo, pelo reconhecimento do direito de uso dos ativos arrendados e o respectivo aumento do passivo, conforme demonstrado a seguir:

Tabela Arrendamento 2019	Pagamentos Futuros	Taxa de desconto	Ativo de Arrendamento	Passivo de Arrendamento
Direito de Uso de bens	29.591	(2.313)	27.278	27.278

### c) ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019 foram auditadas pela empresa Maciel Auditores Independentes, integrante do grupo **RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S**, que emitiu parecer sem ressalva.

#### **OPINIÃO SEM RESSALVA**

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. – RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S.

**10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.**

#### **Transações em moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.



## **Provisões para contingências**

### **a) Contingências trabalhistas**

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Procuradoria Geral da CASAN, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$14.501 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 16,6 milhões em 31 de dezembro de 2018) em face de eventuais perdas nesses processos.

### **b) Contingências cíveis**

Tramitam na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$67.974 em 31 de dezembro de 2019 (R\$64.428 em 31 de dezembro de 2018).

### **c) Contingências fiscais**

Em 2019 o valor referente à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU, no montante de R\$128 foi revertido.

## **Ativo Financeiro**

Registram os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiriam o contrato de concessão com a CASAN.

Desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessão de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo quarenta e um o número de municípios que optaram pelo rompimento do vínculo de gestão associada que é capitaneado pela CASAN. Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 503,1 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica "Ativo Financeiro".

## **Plano previdenciário/Benefícios a empregados**

### **a) Benefícios previdenciários**

#### **Plano CASANPREV**

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 06 de agosto de 2008.

#### ***Ativos do plano***

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financeiro das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV. A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

### **b) Participação nos lucros e resultados**

Não haverá pagamento a título de participação dos empregados da Companhia.

#### **Receita diferida**

O montante de R\$19.260 em 31 de dezembro de 2019 (R\$19.101 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

### **10.6 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**

**i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.**

- ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.
- iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.
- iv) contratos de construção não terminada.
- v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.**

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**10.7 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.
- b) natureza e o propósito da operação.
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

**10.8 - Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

- a) investimentos, incluindo:
  - i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.
  - ii) fontes de financiamento dos investimentos.
  - iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Objetivando atender as demandas legais e de seus clientes e as expectativas dos acionistas, a CASAN investiu R\$245 milhões em 2019. O quadro a seguir apresenta os valores investidos no período de 2015 a 2019, bem como as projeções para 2020.

**Evolução dos Investimentos – 2013/2019 - (R\$ 1.000.000)**

Distribuição dos Investimentos	Realizado					Projetado
	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Água	84	66	75	34	52	143
Esgoto	188	158	160	173	193	248
Outros	32	15	13	31	-	8
<b>Total</b>	<b>304</b>	<b>240</b>	<b>248</b>	<b>238</b>	<b>245</b>	<b>399</b>

Dando prosseguimento a sua política de expansão de atendimento, a CASAN segue ampliando a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. A Companhia visa

compatibilizar as metas estabelecidas nos planos de saneamento dos municípios atendidos e sua capacidade de investimento e, assim, seguir em busca da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) no que diz respeito a universalização dos serviços prestados. A responsabilidade é grande já que a universalização do atendimento de esgotamento sanitário trará significativos ganhos em qualidade de vida para a população catarinense.

Nesse sentido, o Plano de Investimentos (CAPEX) da CASAN, prevê a execução de mais de R\$ 1 bilhão em investimentos até o ano de 2023.

Para a execução do seu Plano de Investimentos a CASAN conta com recursos da União e de agentes financiadores nacionais e estrangeiros, além de parcela significativa de recursos próprios, os quais são aplicados na forma de contrapartida aos recursos financiados; encargos financeiros decorrentes dos financiamentos; ou na realização integral de investimentos.

O quadro abaixo apresenta os recursos externos já assegurados para os próximos anos.

FONTES DE RECURSOS PARA O PLANO DE INVESTIMENTOS	
FONTE DOS RECURSOS EXTERNOS	Milhões R\$
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA)	112
AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - (AFD)	85
AGÊNCIA DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL DO JAPÃO - (JICA)	254
ORÇAMENTO GERAL DA UNIÃO (OGU)	36
<b>TOTAL</b>	<b>487</b>

A CASAN entende que os principais benefícios advindos da melhoria da sua cobertura em abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário são:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e dos municípios;
- Melhoria nos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;
- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense, com o consequente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não se aplica

**c) novos produtos e serviços, indicando:**

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

### ***Aproveitamento do potencial hidrelétrico – CGHs***

A Companhia Catarinense de Saneamento é um dos principais consumidores catarinenses de energia elétrica. Seu consumo médio mensal é de aproximadamente 15.800.000 kWh por mês. Este consumo está distribuído em mais de 200 municípios. O preço pago pela Casan à Celesc e Cooperativas de distribuição é em média de R\$ 0,516 por kWh (R\$ 516,00 por MWh).

O modelo operacional proposto e assimilado pela Lei Estadual 381/07 é de auto produtor de energia, onde os excedentes são vendidos nas redes existentes ou interligados, próximos as unidades geradoras, no processo conhecido como geração distribuída.

O potencial enérgico contido nos mananciais de captação tende a ser a porta de entrada definitiva da empresa na área de produção de energia.

Esses projetos, a serem desenvolvidos à longo prazo, serão baseados em estudos de potencial hídrico já realizados.

Inicialmente a empresa deflagrou o estudo e o projeto de engenharia dos mananciais de abastecimento de Florianópolis e de Criciúma. O primeiro foi contratado diretamente pela Casan e resultou em CGH de 0,9 MW. O estudo da Barragem do Rio São Bento, no sul do estado, foi patrocinado pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, resultando em uma capacidade de produção de 0,9 MW.

### **10.9 – Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

## **INFORMAÇÃO PREVISTA NO ART. 10 DA IN 481/09 ELEIÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL.**

### **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

---

O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) membros efetivos, acionistas da Sociedade, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 (um) indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Os atuais membros do Conselho de Administração foram eleitos na AGE realizada em 22 de fevereiro de 2019, porém o representante dos minoritários eleito nessa Assembleia renunciou ao cargo por motivos pessoais sendo provisoriamente substituído em conformidade com os parágrafos 5º e 7º do artigo 20º do estatuto da Companhia que também determina a eleição de membro representante dos acionistas minoritários para finalizar o mandato, que neste caso foi iniciado em 22 de fevereiro de 2019.

A Companhia Comunicou o mercado quando da renúncia do Conselheiro e na posse do seu substituto informou os acionistas para viabilizar a inscrição prévia.

Em conformidade com o determinado na Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto da Companhia, a posse do candidato eleito ficará condicionada à análise e validação do Comitê de Elegibilidade da Companhia.

Até a divulgação dessa proposta a Companhia recebeu a indicação de um candidato para vaga de representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração conforme segue:

#### **Thais Cercal Dalmina Losso**

CPF: 023.163.799-31

Data de Nascimento: 21/10/1977

Advogada

#### **Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência**

Formada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná em 2001. Atua como sócia-administradora da Losso Advogados desde 2001 e desde 2014 atua como sócia-diretora da Vinci Educacional (LFG Curitiba e Anhanguera Pós Graduação EAD). Desde 2019 é Conselheira de Administração dos Complexos Eólicos Cutia, São Bento e Brisa Potiguar, controlados pela Companhia Paranaense de Energia - COPEL.

## CONSELHO FISCAL

---

O Conselho Fiscal da Companhia é constituído por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos quando da realização da AGO e com mandato de duração de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Os atuais membros do Conselho Fiscal foram eleitos na AGO realizada em 29 de abril de 2019, porém tanto o titular como o suplente da vaga de representante dos acionistas ordinários renunciaram ao cargo por motivos pessoais. Assim, em conformidade com o Estatuto da Companhia, se faz necessária nova eleição de membro titular e suplente da vaga de representante dos acionistas ordinários no Conselho Fiscal para finalizar o mandato iniciado em 29 de abril de 2019.

Quando das renúncias a companhia publicou comunicados ao mercado em 23 de abril de 2020 e 30 de abril de 2020 e informou aos acionistas que seria feita eleição para vaga objetivando viabilizar a inscrição prévia.

Em conformidade com o determinado na Lei nº 13.303/2016 e no Estatuto da Companhia, a posse do candidato eleito ficará condicionada à análise e validação do Comitê de Elegibilidade da Companhia.

Até a divulgação dessa proposta a Companhia recebeu a indicação de um candidato para vaga titular de representante dos acionistas minoritários no Conselho Fiscal e indicação de um candidato para vaga suplente de representante dos acionistas minoritários no Conselho Fiscal conforme segue:

**Alexandre Pedercini Issa – Titular**

CPF: 054.113.616-05

Data de Nascimento: 06/03/1982

Administrador

**Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência**

Bacharel em Administração pela Faculdade Milton Campos em 2004. MBA - Pós Graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade Fumec em 2012. Conselheiro de Administração Certificado pelo IBGC - Modalidade CCle. Atua desde 2018 como Membro Titular do Conselho de Administração da São Paulo Turismo S.A. Atua, também, desde 2017 como Membro Titular do Conselho de Administração do Banco da Amazônia S.A. - BASA. De 2017 a 2020 atuou como Membro Titular do Conselho Fiscal da Cia de Saneamento do Estado de São Paulo S.A. SABESP. De 2015 a 2018 foi Membro Titular do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA. De 2015 a 2016 atuou como Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG. De Janeiro/2015 a Setembro/2015 foi Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia de Gás de Minas Gerais S.A- GASMIG. De 2013 a 2015 atuou como Membro Titular do Conselho Fiscal da CEMIG Telecomunicações S.A. - CEMIG TELECOM. De 2011 a 2016 Atuou como Membro titular do Conselho de Administração da Companhia de Saneamento de Minas Gerais S.A. – COPASA MG.

**Eduardo José de Souza – Suplente**

CPF: 125.383.616-72

Data de Nascimento: 18/09/1950

Administrador

**Experiência Profissional / Declaração de eventuais condenações / Critérios de independência**

Formado em Administração pelo Instituto Cultural Newton Paiva Ferreira em 1979, pós graduado em Ciências Contábeis pela Fundação Getúlio Vargas - FGV em 1998. Exerceu o cargo de Conselheiro Fiscal da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG nos períodos de 29/04/2001 a 16/11/2005 e 29/04/2011 a 29/04/2015.

**INFORMAÇÃO PREVISTA NO ART. 12 DA IN 481/09 FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS DOS ADMINISTRADORES, CONSELHO FISCAL E DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO.**

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 12º Itens I e II apresentamos:

Em atendimento ao contido no Art. 152, da Lei nº 6.404/76, propõe-se fixar um valor global de até R\$ 3.086.225,00 (Três milhões, oitenta e seis mil e duzentos e cinquenta e cinco reais) a ser despendido com honorários, verbas de representação, encargos sociais, 13º salário, adicional de férias, plano de saúde, vale-alimentação, diárias, deslocamentos referentes ao pagamento de passagens e reembolsos de despesas de combustível para deslocamento dos Conselheiros, na forma do regulamento, e Plano Previdenciário CASANPREV, para o período compreendido entre maio de 2020 e abril de 2021, estando contidos nestes valores os honorários dos Conselheiros de Administração e Fiscal fixados em 20% (vinte por cento) dos honorários de Diretor Executivo, não computada a verba de representação. Autorizar ainda a majoração da remuneração individual dos Administradores e Conselheiros Fiscais, na mesma época, e no limite do percentual que vier, eventualmente, a ser concedido aos empregados da Companhia.



## **13 – Remuneração dos Administradores.**

**13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:**

**a) Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser encontrado:**

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

**b) composição da remuneração, indicando:**

**i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.**

**1) Honorários:** remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal e Diretoria).

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho), em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

**2) Representação:** gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.

**3) Benefícios:** Tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: férias; gratificação de férias; 13º salário; auxílio correção estética por acidente de trabalho; complementação de diárias hospitalares por acidente de trabalho; vale alimentação/refeição e assistência médica e odontológica.

**4) Participação nos Resultados:** participação dos administradores nos resultados positivos apurados nas demonstrações financeiras de cada exercício social, conforme estabelecido no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas, limitado o seu valor à remuneração anual dos administradores ou 0,1 (um décimo) dos lucros, prevalecendo o que for menor.

**ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total.**

13.1 - ii - Proporção de cada Elemento na Remuneração Total

**Exercício 2017**

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
1) Honorários	77,48%	10,82%	55,01%	82,63%
2) Outros - Representação	0,00%	2,11%	0,00%	0,00%
3) Benefícios Diretos e Indiretos	22,52%	5,27%	26,79%	17,37%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>

Fonte: GRH

**Exercício 2018**

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
1) Honorários	81,09%	12,66%	50,58%	83,33%
2) Outros - Representação	0,00%	3,81%	0,00%	0,00%
3) Benefícios Diretos e Indiretos	18,91%	6,29%	26,66%	16,67%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>

Fonte: GRH

**Exercício 2019**

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
1) Honorários	83,33%	13,98%	42,86%	83,33%
2) Outros - Representação	0,00%	5,52%	0,00%	0,00%
3) Benefícios Diretos e Indiretos	16,67%	10,60%	27,04%	16,67%
<b>Total</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>		<b>100%</b>

**iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.**

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembleia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, excetuando-se a participação nos lucros. Nesta Assembleia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos.

O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 40% sob a aludida, a título de verba de representação.

**iv) razões que justificam a composição da remuneração:**

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

**v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato**

Não há.

**c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:**

A Companhia não utiliza indicadores específicos para determinar ou valorar qualquer item da remuneração. Leva em consideração a responsabilidade, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como o tempo dedicado ao exercício de suas funções e o valor praticado no mercado.

**d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:**

Não há utilização de indicadores específicos, conforme alínea acima.

**e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:**

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência, motivação, necessários ao exercício da função diretiva.

**f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:**

Não há.

**g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:**

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

**h) Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam.**

Assembleia Geral dos Acionistas é o órgão deliberativo para estabelecer a remuneração dos administradores.

**ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.**

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembleia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, sendo autorizada a majoração da remuneração individual dos Administradores e Conselheiros Fiscais na mesma época e percentuais que vierem eventualmente a ser concedidos aos empregados da Companhia por força de Acordo Coletivo de Trabalho.

Nesta Assembleia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos, não computados benefícios e verbas de representação.

O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 40% sob a aludida, a título de verba de representação.

**iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.**

A avaliação é anual. A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN sujeita-se à aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, considerando-se a responsabilidade assumida pelos administradores, sua competência e reputação profissionais, o tempo dedicado ao exercício das funções, e o valor dos seus serviços no mercado.

**13.2 – Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com conteúdo descrito da Instrução CVM nº 480/2009:**

Ano Base: 2017				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
<b>Número Total de membros</b>	8	6,08	5	19,08
<b>Número de membros Remunerados</b>	8	6,08	5	19,08
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>Remuneração Fixa Anual, segregada em:</b>	<b>546.207,47</b>	<b>2.443.581,95</b>	<b>320.106,72</b>	<b>3.309.896,14</b>
- Salário ou pró-labore.	423.208,96	1.608.504,85	264.505,60	2.296.219,41
- Benefícios diretos e indiretos.	122.998,51	783.546,70	55.601,12	962.146,33
- Remuneração por participação comitês.	-	-	-	-
- Outros - Representação		51.530,40		
<b>Remuneração variável, segregada em:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rem. baseada em ações, incluindo opções.</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Valor Mensal da remuneração</b>	<b>35.267,41</b>	<b>134.042,07</b>	<b>22.042,13</b>	<b>191.351,62</b>
<b>Total da remuneração</b>	<b>546.207,47</b>	<b>2.443.581,95</b>	<b>320.106,72</b>	<b>3.309.896,14</b>

Fonte GRH

Obs.: Total do CA = 7 + 1 Conselheiro Representante dos Empregados

Ano Base: 2018				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
<b>Número Total de membros*</b>	9	5	5	19
<b>Número de membros Remunerados</b>	9	5	5	19
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>Remuneração Fixa Anual, segregada em:</b>	<b>520.053,13</b>	<b>2.161.710,57</b>	<b>323.690,87</b>	<b>3.005.454,57</b>
- Salário ou pró-labore	421.727,86	1.349.481,11	269.742,39	2.040.951,36
- Benefícios e encargos	98.325,27	730.944,10	53.948,48	883.217,85
- Remuneração por participação comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação	0,00	81.285,36	0,00	81.285,36
<b>Remuneração variável, segregada em:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Diárias</b>	<b>1.980,00</b>	<b>29.970,00</b>	<b>900,00</b>	<b>32.850,00</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rem. baseada em ações, incluindo opções</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Valor mensal da remuneração</b>	<b>35.143,99</b>	<b>112.456,76</b>	<b>22.478,53</b>	<b>170.079,28</b>
<b>Total da remuneração</b>	<b>522.033,13</b>	<b>2.191.680,57</b>	<b>324.590,87</b>	<b>3.038.304,57</b>

Fonte GRH

\*Conselheiros Administrativos são 7 + Diretor Presidente + representante dos empregados.

Ano Base: 2019				
Descrição	Conselho de Administração *	Diretoria Estatutária **	Conselho Fiscal	Totais
Número Total de membros*	9	5	5	19
Número de membros Remunerados	8	5	5	18
<b>Remuneração Segregada em:</b>				
<b>Remuneração Fixa Anual, segregada em:</b>	<b>533.826,22</b>	<b>2.073.689,63</b>	<b>332.073,64</b>	<b>2.939.589,48</b>
- Salário ou pró-labore	444.855,18	1.153.792,42	276.728,03	1.875.375,63
- Benefícios e encargos	88.971,04	807.847,54	55.345,61	952.164,18
- Remuneração por participação comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação	0,00	112.049,67	0,00	112.049,67
<b>Remuneração variável, segregada em:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
- Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Benefícios pós-emprego</b>				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Diárias</b>				
	<b>0,00</b>	<b>54.165,00</b>	<b>2.610,00</b>	<b>56.775,00</b>
<b>Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo</b>				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Rem. baseada em ações, incluindo opções</b>				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Valor mensal da remuneração</b>				
	<b>37.071,27</b>	<b>96.149,37</b>	<b>23.060,67</b>	<b>156.281,30</b>
<b>Total da remuneração</b>				
	<b>533.826,22</b>	<b>2.127.854,63</b>	<b>334.683,64</b>	<b>2.996.364,48</b>

Fonte GRH

\* Conselheiro Administrativo são 7 + representante dos empregados + diretora presidente (não remunerada).

\*\* Diretores eram 4 até fevereiro, e após a alteração do corpo de diretores, passaram a ser 3.

### 13.3 – Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há na Companhia nenhum Plano de Remuneração por Metas.

### 13.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não há até a presente data na Companhia, remuneração baseada em ações.

### 13.5 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por

**membros do conselho de administração da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.**

Conselho de Administração: 09 Casn3 (ordinárias nominativas)

Conselho Fiscal: Nenhuma ação.

Diretoria: 01 Casn3 (ordinária nominativa)

Nota: O presidente da Empresa possui uma ação que já está computada no total do Conselho de administração, uma vez que o mesmo ocupa os dois cargos: Presidente da Casan e Membro do Conselho de Administração.

**13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:**

Não se aplica à Companhia.

**13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:**

Não se aplica à Companhia em função de não se enquadrar até a presente data nessa condição.

**13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:**

Não aplicável, pois não há até a presente data, remuneração baseada em ações.

**13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.**

Ano Base: 2019			
ACIONISTAS	AÇÕES ON QUANTIDADE	AÇÕES PN QUANTIDADE	TOTAL QUANTIDADE
DIRETORIA*	1	0	0
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO **	9	0	0
CONSELHO FISCAL	0	0	0

\*Refere-se ao Diretor Presidente também membro do Conselho de Administração

\*\*Conselheiros Administrativos são 7 + Diretor Presidente + representante dos empregados

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer em forma de tabela:

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
<b>Órgão</b>	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
<b>Número de membros</b>	0	1
<b>Nome do Plano</b>	Casanprev	Casanprev
<b>Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.</b>	0	0
<b>Condições para se aposentar antecipadamente</b>	Não Há	Não Há
<b>Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
<b>Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
<b>Possibilidade de resgate antecipado e condições</b>	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

Fonte: GRH

13.11 – Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Remuneração Individual máxima – Mínima e Média do Conselho Adm. Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.

Ano Base: 2017			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8	6	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 4.465,54	R\$ 22.327,70	R\$ 4.465,54
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 4.294,20	R\$ 21.471,01	R\$ 4.294,20
Valor médio remuneração Individual	R\$ 4.408,43	R\$ 22.042,14	R\$ 4.408,43

Fonte: GRH



Ano Base: 2018			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	9	5	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 4.953,28	R\$ 29.290,15	R\$ 4.953,28
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 4.953,28	R\$ 22.516,37	R\$ 4.953,28
Valor médio remuneração Individual	R\$ 4.953,28	R\$ 25.903,26	R\$ 4.953,28

Fonte: GRH

Ano Base: 2019			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	9	5	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 4.656,13	R\$ 32.592,86	R\$ 4.656,13
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 4.656,13	R\$ 23.280,62	R\$ 4.656,13
Valor médio remuneração Individual	R\$ 4.656,13	R\$ 27.936,74	R\$ 4.656,13

Fonte: GRH

**13.12 – Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:**

Não há. Após cessação do exercício dos cargos de Diretoria, Conselho de Administração e Fiscal não há nenhum benefício para os ocupantes desses cargos.

**13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
31/12/2017	16,50%	73,83%	9,67%	100,00%
31/12/2018	17,30%	71,93%	10,77%	100,00%
31/12/2019	18,16%	70,54%	11,30%	100,00%

**13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:**

Não aplicável.

**13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária**

**ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:**

Não aplicável.

**13.16 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Não há outras informações julgadas relevantes.